



Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Na quarta-feira	Euro Comercial, venda na quarta-feira	Capital de giro Na quarta-feira	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,84% São Paulo	117.670	R\$ 1.100	R\$ 5,670 (▼ 0,82%)	R\$ 6,792	6,29%	2,96%	Novembro/2020 0,89 Dezembro/2020 1,35 Janeiro/2021 0,25 Fevereiro/2021 0,86 Março/2021 0,93
	9/4 12/4 13/4 14/4		Últimas cotações (em R\$)				
			7/março 5,640 8/março 5,574 9/março 5,675 12/março 5,722 13/março 5,718				

GOVERNO / Confusão em torno das emendas parlamentares incluídas na Lei Orçamentária de 2021 aumenta dificuldades do comandante da Economia. Alvejado por parlamentares, ministro perde credibilidade também entre apoiadores do mercado financeiro

Impasse no Orçamento põe Guedes na berlinda

» ROSANA HESSEL
» MARINA BARBOSA

A confusão em torno do Orçamento de 2021 deu mais munição para o roteiro contra o ministro da Economia, Paulo Guedes dentro do governo e no Congresso. Guedes, além disso, tem perdido credibilidade entre os seus principais apoiadores: os operadores do mercado financeiro. A avaliação do Posto Ipiranga do presidente Jair Bolsonaro piorou após a elaboração de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para criar, pelo menos, R\$ 35 bilhões em gastos extraordinários fora das regras fiscais, a PEC fura-teto. É o mais recente capítulo de uma longa crise entre o Executivo e o Legislativo, com impactos políticos e econômicos.

Apesar de Guedes ser ainda visto pelo mercado como um freio para o ímpeto populista de Bolsonaro, tudo indica que a pastilha já está bem gasta. Nesse quadro, o nome do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, volta a ser citado como possível alternativa para o comando da Economia.

"Hoje, para muitos agentes financeiros, Guedes não é mais considerado insubstituível, e Campos Neto, voltou a ser visto com bons olhos para o cargo, porque tem mais traquejo político para conversar com os parlamentares", disse o economista e consultor Braulio Borges, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). Ele lembra o papel importante que Campos Neto exerceu para a aprovação da PEC Emergencial, ao negociar pessoalmente com os parlamentares um assunto que não era da pasta dele.

A previsão inicial do Executivo para as emendas parlamentares no Orçamento de 2021 era de R\$ 16 bilhões. Contudo, passou para quase R\$ 49 bilhões após a aprovação da peça orçamentária no último dia 25, a maioria delas é voltada para investimentos no âmbito da pasta do ministro Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional),

desafeto de Guedes. Para piorar, não houve atualização dos parâmetros macroeconômicos, o que poderia ter sido feito durante a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Sem vetos do presidente, porém, a conta não fecha, pois há um buraco de R\$ 31,9 bilhões para o cumprimento da regra do teto de gastos, pelas estimativas da Instituição Fiscal Independente (IFI).

Logo, se o presidente sancionar a peça orçamentária do jeito que está, pode cometer crime de responsabilidade fiscal. "Um dos maiores erros de Guedes foi não ter feito a atualização dos parâmetros na LDO, quando ela foi aprovada no fim do ano passado, por subestimar a segunda onda da pandemia", acrescentou Borges.

Poder centralizado

A economista e advogada Elena Landau, responsável pelo processo de privatização no governo Fernando Henrique Cardoso, avalia que, apesar do desgaste, Guedes só sai se for demitido. Para ela, um dos maiores erros da gestão dele foi juntar o Ministério do Planejamento, que era responsável pela elaboração do orçamento com a antiga pasta da Fazenda. "Guedes centralizou muito poder, mas deixou muita coisa solta e não quer admitir os erros na tramitação da peça orçamentária. Agora, não quer assumir os erros", pontuou.

No meio da confusão, parlamentares do Centrão já pedem a cabeça do ministro da Economia e defendem o fatiamento da pasta para dividirem o poder. Apesar de ser crítico à gestão de Guedes e próximo a Lira, o primeiro vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM), evita falar na possibilidade de uma troca ou um desmembramento do Ministério da Economia. "O clima não está bom, mas estamos terminando abril sem Orçamento, por conta de uma queda de braço dentro do governo. Então, é preciso colocar em segundo plano os interesses da Câmara, do Senado, do Executivo, do Guedes, do (Rogério) Marinho, e tentar uma saída negociada", defendeu Ramos.

Sergio Lima/AFP



Apontado como um freio para as tentações populistas de Bolsonaro, ministro já não é considerado insubstituível

Empresários contra PEC fura-teto

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê a ampliação de gastos extraordinários em, pelo menos, R\$ 35 bilhões, fora da regra do teto de despesas, a PEC fura-teto, não deve decolar, como as analogias preferidas do ministro da Economia, Paulo Guedes.

A proposta que, segundo fontes do governo foi elaborada "em conjunto pelo Ministério da Economia e a Casa Civil", não agradou ao mercado financeiro, nem a especialistas e, muito menos, a empresários. Quando ela foi apresentada pelo ministro da Economia em uma reunião com o presidente Jair Bolsonaro, para discutir a reedição do Benefício Emergencial para a Manutenção do Emprego e da Renda (BEm) na última terça-feira, a reação foi bastante negativa.

Apesar de serem beneficiados com a nova PEC, que incluiria recursos para o BEm, os empresários rechaçaram a proposta Segundo eles, o momento é de urgência diante do agravamento da pandemia, e uma

PEC leva muito tempo para ser aprovada. "Não há a menor chance de esperar uma PEC nova. Está todo mundo em desespero. Somos zumbis empresariais. Não vejo chance dessa PEC prosperar", destacou Paulo Solmucci, presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel).

De acordo com Solmucci, o valor do programa discutido na reunião ficou em torno de R\$ 10 bilhões. No ano passado, o governo desembolsou R\$ 33,5 bilhões dos R\$ 51,5 bilhões previstos com o benefício no Orçamento de Guerra.

Na reunião com Bolsonaro, os empresários defenderam um empenho maior do governo para a aprovação do PLN 2/2021, projeto de lei apresentado ao Congresso que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano para conseguir uma brecha para a MP do BEm mais rápido.

Segundo analistas, o próprio governo criou entraves na LDO para a reedição do benefício para as empresas, porque barrou

gastos emergenciais. Logo, o PLN 2/2021 enviado pelo Executivo ao Congresso no último dia 7, tenta corrigir o problema. Um técnico da Câmara destacou que o Executivo colocou uma exigência de receita correspondente para as despesas temporárias, e é justamente esse artigo que está impedindo a publicação da MP do BEm. "A compensação sempre foi exigida de despesas continuadas. E na LDO deste ano, pela primeira vez, o Executivo colocou uma exigência de compensação de despesas temporárias", destacou.

A expectativa de Solmucci é que o governo cumpra a promessa de pautar o PLN 2/2021 ainda hoje. "Se der certo, segundo o ministro Paulo Guedes, eles soltam a MP em um ou dois dias. Ele garantiu que o texto está pronto", acrescentou. No entanto, o prazo para o recebimento de emendas ao PLN 2/2021 foi aberto no dia 13 na Comissão Mista do Orçamento (CMO) e está previsto para expirar no dia 16 (antes era dia 19). (RH)

Sai hoje LDO de 2022

O Ministério da Economia deve enviar hoje ao Congresso o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2022. A LDO define as regras para a elaboração e execução do Orçamento e determina a meta fiscal do ano que vem, que será de déficit primário de até R\$ 170 bilhões, segundo fontes do governo.

O prazo para a entrega do PLDO termina hoje, antes mesmo da data-limite para o presidente Jair Bolsonaro sancionar o polêmico Orçamento deste ano, que é até o próximo dia 22. No PLDO deste ano a previsão de rombo fiscal era de R\$ 178,9 bilhões.

Segundo analistas, é provável que o governo ainda precise alterar a meta fiscal deste ano (déficit de até R\$ 247,1 bilhões), devido à necessidade de aumento dos gastos devido à pandemia.

De acordo com o economista Braulio Borges, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), o Orçamento do ano que vem poderá ainda ser mais expansionista do que o deste ano, devido à regra do teto de gastos, cujo limite é corrigido pela inflação oficial acumulada até junho. No ano passado, esse ajuste foi de 2,13%, abaixo dos 4,52% do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) de janeiro a dezembro de 2020. Contudo, as projeções do mercado para o IPCA acumulado até junho deste ano variam entre 7,5% e 8%. Logo pelos cálculos do analista do Ibre, o teto será ampliado em R\$ 119 bilhões.

E, descontando o impacto da correção estimada para as despesas obrigatórias indexadas ao salário mínimo, em torno de 5,5%, como aposentadorias e pensões, Bolsonaro ainda terá R\$ 40 bilhões a mais para gastar no ano que vem. "Os parlamentares já estão se adiantando às eleições, pois o governo só poderá investir até a metade de 2022", destacou Borges. (RH)

Educação que vai além

E pontua muito bem no Enem!

Parabéns aos nossos estudantes da rede Sesi de Educação das escolas Gama, Sobradinho e Taguatinga pelas excelentes notas no Exame Nacional do Ensino Médio



No Sesi-DF, a proposta de formação educacional integral estimula o aluno a se apropriar do processo de aprendizagem, preparando para a vida acadêmica e para o mundo do trabalho, por meio de uma educação tecnológica.

Venha fazer parte desta evolução!

Conheça nossos alunos destaques!

www.sesidf.org.br
SAC (61) 4042 6565
@sesi_df @sesidf

SESI
PELO FUTURO DO TRABALHO